

Com acordo
1º turno
acaba logo

Votação da anistia pode ser parcelada

27 JUN 1988

O presidente Collor poderá embarcar na China sabendo detalhadamente os assuntos aprovados e rejeitados no texto constitucional. Se tudo correr bem na reunião de hoje de manhã entre as lideranças partidárias, na quarta-feira a Constituinte estará votando o último tema das Disposições Transitórias — provavelmente a anistia — encerrando, assim, o penúltimo ciclo de votações da nova Carta. Os assuntos pendentes de consenso não são muitos. Além da anistia aos empresários, que está sendo negociada paralelamente pelo Governo e pelos autores das emendas, restará apenas a criação dos Estados.

A aposentadoria, que recebeu 16 emendas, vem merecendo atenção especial da deputada Sandra Cavalcante (sem partido — RJ). O tema propiciará discursos acalorados, principalmente da parte dos parlamentares ligados à área de economia. Mas o fato das emendas não serem conflitivas abre possibilidade para uma fusão e torna a questão mais tranqüila. Segundo a deputada, que disse estar indo ao Congresso "só para cuidar disso", a aprovação da fusão de emendas irá igualar os já aposentados aos que se aposentarem no futuro.

De acordo com Sandra, os prazos estipulados pelas emendas para que a Previdência atualize a aposentadoria de todos os brasileiros vai de 180 dias a dois anos. Um acordo irá estabelecer o meio-termo, ou seja, um ano, com os cálculos para atualização sendo baseados nos últimos cinco anos.

Se todos os líderes comparecerem à reunião de hoje, os novos Estados propostos ao texto constitucional irão sair do mapa. A ressalva é apenas o Estado do Tocantins, que encontra apoio de toda a classe política goiana. Dessa forma, o Triângulo (MG), o Iguçu (PR) e outros deverão ser motivo de estudo de uma Comissão formada especialmente para esse fim. Deverá ser formada também uma segunda Comissão — as duas em lei ordinária — para resolver as questões de litígio entre fronteiras.

O mais problemático para os líderes será encontrar uma forma de efetivar os funcionários públicos com mais de cinco anos de casa que não prestaram concurso. O Centrão propõe em seu projeto que todos eles, da administração direta e indireta dos estados, municípios e federais, ganhem estabilidade. A esquerda e parte do PMDB discordam. As diversas propostas estarão hoje em discussão, assim como a anistia aos pequenos e microempresários urbanos e rurais, que também ganhou o aspecto de "trem da alegria", diz Sandra Cavalcante.

Segundo a deputada, se essa questão for resolvida, é bem provável que na quarta-feira à noite os constituintes encerrem o primeiro turno de votações. O senador Jarbas Passarinho (PDS) acredita que os trabalhos se encerrem apenas na quinta. Ulysses Guimarães, que assume a Presidência da República na quinta-feira, deverá trabalhar para agilizar o processo de negociação em torno dos temas polêmicos. Caso contrário, a Constituinte entra em recesso branco até sua volta. O senador José Paulo Bisol (PSDB-RS) também acha que existe uma "possibilidade real" de encerramento dos trabalhos nessa semana.

Terminado o primeiro turno, os constituintes começarão a preparar emendas supressivas para a segunda rodada. Ainda não foi definido se os DVS — Destaques para Votação em Separado — serão aceitos nessa fase. Se não forem aceitados, as coisas andarão mais rapidamente.

Na tentativa de facilitar as negociações em torno da anistia aos débitos das pequenas empresas, que será votada na quarta-feira, o deputado José Lins (PFL-CE) apresenta hoje, em reunião das lideranças partidárias, a proposta de desdobramento da votação. A idéia é submeter ao plenário, em primeiro lugar, emenda anistando os microempresários e os pequenos produtores rurais. Em segundo lugar, viria a anistia aos pequenos empresários e médios produtores. O senador Mansueto de Lacerda (PMDB-PE) e o deputado Humberto Souto (PFL-MG), autores das emendas sobre a matéria, afirmaram ontem que aceitavam discutir a sugestão.

Segundo José Lins, o desdobramento da votação justifica-se porque existe praticamente um consenso em favor da anistia aos microempresários e pequenos produtores rurais. Lins já conversou com seus colegas de partido sobre a proposta. Ele diz que não consultou o Governo, mas acha que este absorveria bem a idéia, "porque toda a política do Governo sempre estabeleceu uma distinção, para a concessão de benefícios, a partir do tamanho das empresas".

O Governo utiliza também uma variável, que é a região — observou, com atendimento diferenciado para o Nordeste. Se for preciso, colocaremos isto também na mesa de negociação.

Lins admira a possibilidade de a apreciação da anistia ser desdobrada em mais de duas votações — por exemplo, separando-se os pequenos empresários dos médios produtores, ou concedendo-se a estes dois segmentos a eliminação de um percentual da correção monetária que incidirá sobre os empréstimos contraiados durante o Plano Cruzado.

SABEDORIA

Para o deputado Humberto Souto, a proposta de Lins "tem a sabedoria de transferir a decisão para o plenário".

— Toda e qualquer decisão tem que ser tomada pelo voto. Tenho receio de que seja fechado um acordo às escondidas com o Governo, com os banqueiros. Eu preferiria a proposta original, a emenda de fusão. Mas a idéia de votar separadamente garante que tudo será submetido a voto.

Souto acrescentou que sua tendência é não aceitar alterações na emenda de fusão, "até porque a emenda é da Nação tem toda a sensibilidade de um problema real, conjuntural". Mas acrescentou que abre a possibilidade de discutir com as lideranças "qualquer entendimento".

Na opinião do senador Mansueto de Lacerda, a divisão da votação está ganhando corpo porque pode permitir um acordo em torno da anistia aos microempresários e pequenos pro-

dutores rurais. — Pelo menos não é um jogo de tudo ou nada. De qualquer forma, tenho certeza de que as duas emendas, se houver separação, serão aprovadas.

O senador disse também que se houver necessidade as negociações continuarão amanhã. Mas garantiu, como Souto, que quarta-feira a anistia será votada "de qualquer jeito". Ele admitiu reduzir o prazo relativo às concessões de empréstimos para "talvez" fim de agosto de 87 — a última redação da fusão concede anistia da correção por empréstimos contraiados de 28 de fevereiro de 86 a 31 de dezembro de 87. E disse que tem que permanecer o princípio da distribuição das responsabilidades entre os bancos oficiais e os bancos privados, e o atendimento a todos da mesma faixa, nas mesmas condições. Por considerar tais critérios fundamentais, o senador rejeita a idéia de fixação de um teto:

— Se for estabelecido um teto, a medida não será auto-aplicável, e ficará a critério do banco ou do órgão do Governo. As experiências anteriores foram negativas: o atendimento seria feito por simpatia ou antipatia.

Mansueto afirmou ainda que aceita pequenas alterações no texto se houver entendimento. Mas destacou:

— Se for para disputar no voto, não vamos recuar mais.

Emendas revêem a aposentadoria

O projeto de Constituição já prevê, em seu corpo permanente, uma mudança no cálculo dos proventos da aposentadoria que irá beneficiar a todos os trabalhadores que atingirem a inatividade após a promulgação da Carta. A Assembleia, no entanto, não pretende ignorar a situação dos já aposentados. Há 17 emendas às Disposições Transitórias contendo, basicamente, a mesma proposta de revisão das atuais aposentadorias com o objetivo de restabelecer o valor real originário da época da concessão dos benefícios.

Entre os 15 deputados que apresentaram estas propostas, Alécio Dias (PFL/AC) registrou duas emendas que se complementam, prevendo o pagamento de proventos de aposentadoria integral aos atuais aposentados e a revisão dos benefícios, a pedido dos interessados, para que todos readquiram a preservação do valor real do que recebem. Em geral, as proposições pedem ainda a extensão dos direitos já assegurados pelo projeto

de Constituição aos que estiverem na inatividade quando a Carta for promulgada.

De acordo com o texto aprovado no corpo permanente do projeto, os proventos da aposentadoria serão calculados com base na média dos salários de contribuição dos últimos 36 meses, inclusive os últimos 12 meses que atualmente não são computados, corrigidos de forma a preservar os seus valores reais. Com esta medida, os benefícios pagos aos trabalhadores inativos, após a promulgação da Constituição, ficarão ainda mais defasados se comparados aos que serão recebidos a partir desta data.

As emendas propostas às Disposições Transitórias visam justamente evitar esta diferença, corrigindo os benefícios da prestação continuada já concedidos pela Previdência Social. Esta questão consegue reunir constituintes de praticamente todos os partidos.

O deputado Gandi Jamil (PFL/MS) propõe pagamento de equivalente ao

salário integral, a partir de uma revisão dos proventos, tanto para os aposentados urbanos quanto para os rurais. Alguns constituintes estabelecem prazos para a revisão, como os deputados Júlio Costamilan (PMDB/RS) e Eduardo Jorge (PT/SP), que pedem este estudo dentro de seis meses a contar da data da promulgação da Carta. Costamilan prevê o pagamento dos benefícios reajustados em 18 meses. O deputado Wilson Souza (PSDB/SC) propõe que a revisão seja feita em quatro meses.

Todas as propostas devem ser analisadas pelas lideranças partidárias, em reuniões de negociações sobre as emendas às Disposições Transitórias, para constituírem uma fusão que será votada em plenário. Pela abordagem da matéria, que reúne desde o PC do B até o PFL, a revisão do valor dos proventos dos aposentados já tem quase como garantida sua aprovação, restando apenas definir os termos do dispositivo.

Achamento começou há 20 anos

VANNILDO MENDES
Da Editoria Nacional

O achamento salarial dos aposentados e pensionistas brasileiros agravou-se substancialmente durante os governos militares — sobretudo a partir de 1967, quando a política previdenciária sofreu mudanças profundas — e prosseguiu na Nova República. Nesses mais de 20 anos, conforme o vice-presidente da Federação Nacional dos Aposentados, José Manoel de Melo, a categoria acumulou uma defasagem que varia entre 250 e 300 por cento.

Em todo o País, há entre 7 e 8 milhões de aposentados, dos quais, mais de 200 mil são ex-servidores da União. Todos eles foram para a inatividade com um salário calculado pela média das últimas 36 contribuições previdenciárias um ano antes da aposentadoria. As perdas nesse processo variam de acordo com o índice de inflação dos 12 meses excluídos do cálculo, mas em média se situam entre 30 e 40 por cento. Somam-se a elas as gratificações, cargos comissionados, horas ex-

tras e outros benefícios não computados no ato.

A quase totalidade dos aposentados que chegam a essa condição com o mínimo de saúde e desenvoltura física e mental busca um novo emprego ou atividade econômica para manter o padrão de vida anterior, garantir os gastos ordinários com a família ou mesmo pagar o aluguel cada vez mais insuportável.

Os casos são dramáticos e fogem inteiramente a qualquer controle ou precaução que, ao longo da vida, tenha adotado o "beneficiário" da aposentadoria. A época que passou para a inatividade, após 41 anos servindo ao DIN (Departamento de Imprensa Nacional), o gráfico Zózimo Barbosa de Assis recebeu o equivalente hoje a Cz\$ 150 mil. Só que a maior parte dos vencimentos se compunha de gratificações, produtividade e um DAI.

Nenhum dos penduricalhos valeu para a aposentadoria que, calculada à base de 36 meses de contribuição, excluindo a correção dos 12 meses anteriores, está hoje em cerca de Cz\$ 50 mil (bru-

to), enquanto um outro servidor, hoje exercendo o mesmo cargo que ele, recebe atualmente, só de produtividade, Cz\$ 60 mil, fora salários, gratificações etc. Como ele havia se preparado para a situação — julgava ter se preparado —, decidiu não mais trabalhar e ter uma velhice sossegada. Só que a decisão entrou em choque com a dura realidade da inflação, através da qual se pratica uma brutal transferência de renda, e com a mudança de regras, sempre em prejuízo dos aposentados.

Um ano depois a situação estava insustentável e ele teve de voltar a trabalhar para sobreviver e pagar as prestações do imóvel financiado que adquiriu. Apesar da idade — 60 anos — seu Zózimo, que começou a trabalhar aos 16, pode-se dar por satisfeito, pois conseguiu emprego de chefe de oficina de uma gráfica particular, onde ganha um salário razoável. A grande maioria mesmo vive de favores de filhos, asilados em albergues públicos ou perambulando nas ruas em busca de esmolas.